

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – CONTRATAÇÃO DIRETA N.º 011/2024****PROCESSO ADMINISTRATIVO 0089/2024**

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob n.º 04.249.257/0001-32, com sede na Avenida João Jasbick, n.º 520, Bairro Aeroporto, Santo Antônio de Pádua/RJ, neste ato representado pelo Coordenador de Compras e Suprimentos da Secretaria Municipal de Saúde, **CARLOS ÁTILA FRANCISCO RODRIGUES**, em virtude da deliberação do **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, RAFAEL LYONS**, resolve, registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **Contratação de empresa especializada no controle de pragas para realizar serviços de dedetização, desratização e limpeza de reservatórios de água com teste de potabilidade de água coletada em 2 pontos, incluindo material e mão de obra, conforme as especificações deste Termo de Referência, para atender as necessidades de setores diversos da Secretaria Municipal de Saúde, Hospital Hélio Montezano de Oliveira, Policlínica Dr.º Juarez Amaral de Andrade, Unidades Básicas de Saúde, Hemocentro, Divisão Farmacêutica, CAIMI, Centro Municipal de Fisioterapia e CAPS**, especificados nos itens 001 a 008 do Termo de Referência, anexo do Aviso da Contratação Direta nº 089/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.



2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

HOMOLOGAÇÃO: 22/05/2024

EMPRESA: SERVET- HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA LTDA - EPP

ENDEREÇO: RUA MATOSO MAIA, 283, CENTRO, MIRACEMA, RIO DE JANEIRO

CEP: 28.460-000

CNPJ: 02.860.073/0001-89

TELEFONE: (22) 3852-0850

E-MAIL: servetambiental@servetambiental.com.br

REPRESENTANTE: MARIA LUZIA BUGINI PAIVA

CPF: 680.711.837-68

ITEM	UNID	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	SERVET HIGIENE E SAUDE	
				UNIT.	TOTAL
001	UND.	2	ESF 001 – CENTRAL – DOUTOR EUGÊNIO LEITE LIMA	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
002	UND.	2	ESF 002 – CHALÉ – JOÃO ALVES CABREIRA	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
003	UND.	2	ESF 003 – GLÓRIA – NERY RAMOS FERREIRA	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
004	UND.	2	ESF 003 - BALTAZAR – NELSON OLIVIER RODRIGUES	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
005	UND.	2	ESF 004 – MONTE ALEGRE – AMÉRICO DUARTE MONTEIRO	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
006	UND.	2	ESF 005 – PARAOQUENA – ARY GONÇALVES DIAS	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
007	UND.	2	ESF 005 - SANTA CRUZ – JOSÉ PERLINGEIRO JÚNIOR	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00



008	UND.	2	ESF 005 - CAMPELO - PEDRO OTÁVIO LEITE RIBEIRO	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
009	UND.	2	ESF 006 - DEZESSETE - LEONTINA SILVA MALAFAIA	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
010	UND.	2	ESF 007 - MARANGATU - ELZA LIMA REGO	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
011	UND.	2	ESF 007 - BOA NOVA - ANIZIO MAURÍCIO BRUM	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
012	UND.	2	ESF 007 - MANGUEIRÃO - ISMALINA BATISTA CAMACHO	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
013	UND.	2	ESF 008 - CIDADE NOVA - MANOEL LUIZ REIF SOUTO	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
014	UND.	2	ESF 009 - GABRY - NATALINO FELIPE MIRANDA	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
015	UND.	2	ESF 010 - IBITIGUAÇÚ - JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
016	UND.	2	ESF 011 - MIRANTE - JOSÉ TARCÍSIO CHICRALLA DE CARVALHO	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
017	UND.	2	ESF 012 - SÃO LUIZ - MARINO JOSÉ NEVES	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
018	UND.	2	CAIMI - CENTRO DE ATENÇÃO MATerno INFANTIL	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
019	UND.	2	CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOLÓGICAS	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
020	UND.	2	LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00



021	UND.	2	POLICLÍNICA DR.º JUAREZ AMARAL	R\$ 2.400,00	R\$ 4.800,00
022	UND.	2	FARMÁCIA MUNICIPAL	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
023	UND.	2	AGÊNCIA TRANSFUSIONAL	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
024	UND.	2	HEMOCENTRO REGIONAL	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
025	UND.	2	PRÉDIO ADMINISTRATIVO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
026	UND.	2	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
027	UND.	2	CENTRO MUNICIPAL DE FISIOTERAPIA	R\$ 950,00	R\$ 1.900,00
028	UND.	2	CANIL MUNICIPAL	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
029	UND.	2	HOSPITAL HÉLIO MONTEZANO DE OLIVEIRA	R\$ 2.800,00	R\$ 5.600,00
030	UND.	2	ESF 10 SALGUEIRO	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
031	UND.	2	ESF 002 SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
032	UND.	2	ESF 003 ARRAIALZINHO	R\$ 780,00	R\$ 1.560,00
VALOR TOTAL					R\$ 59.220,00



2.2. Os preços registrados incluem todas as despesas incidentes, mão de obra, ônus, custos diretos e indiretos da contratação.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1 O Departamento de Compras e Suprimentos da Secretaria Municipal de Saúde neste ato representado pelo responsável, **CARLOS ÁTILA FRANCISCO RODRIGUES**, em virtude do Ato de nomeação N.º 282/2024 do **PREFEITO PAULO ROBERTO PINHEIRO PINTO**.

4. DA IN(VIABILIDADE) DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE MUNICIPAL

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta contratação direta, conforme justificativa apresentada no termo de referência.

4.2 Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços oriunda do presente procedimento será de 1 (um) ano com início em 15/07/2024 e término em 14/07/2025 e poderá ser prorrogado, por igual período, com a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do *caput* do artigo 84 da Lei 14.133/2021.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei 14.133/2021.

5.3 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a



realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do artigo 124 da Lei 14.133/2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/2021.

6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na respectiva ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de



classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.5.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 8.2.2;
ou

8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei 14.133/2021.



8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1 Por razão de interesse público;

8.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação de penalidades, conforme as infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;



9.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

9.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

9.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

9.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.



9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa, calculada na forma do contrato, com base no total do valor da contratação realizada de forma direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 desta Ata, no percentual de até 10% (dez por cento), na hipótese de cometimento das infrações previstas nos itens 10.1.1 a 10.1.7, e até 20% (vinte por cento), se cometidas infrações previstas nos itens 10.1.8 a 10.1.12;

b.1) O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

b.2) A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens "c" e "d" abaixo:

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 18.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.12 desta Ata de Registro de Preços;

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2 As peculiaridades do caso concreto;



9.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

9.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o rito procedimental previsto no Capítulo I do Título IV da Lei 14.133/2021 – Das Infrações e Sanções Administrativas.

9.6 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.7 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência do Aviso de Contratação Direta.



08

PROCESSO Nº: 0089/2024

FOLHA: _____ RUBRICA: _____

10.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (04) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Santo Antônio de Pádua 15 de julho de 2024.

Carlos Átila Francisco Rodrigues
Coordenador de Compras e Suprimentos

Maria Luzia Bugini Paiva
CPF: 680.711.837-68
Representante legal do Fornecedor